



DIRETORIA DE CONCURSOS E SELEÇÕES - DCS

○

**SELEÇÃO PÚBLICA PARA A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO
DE PROFISSIONAIS DE DIVERSAS ÁREAS PARA O IPLANFOR**

**EDITAL Nº 72/2014
PROVA PARA ADVOGADO
(NÍVEL SUPERIOR)**

PROVA OBJETIVA
DATA: 1º DE MARÇO DE 2015
DURAÇÃO: 03 HORAS
INÍCIO: 14 HORAS - TÉRMINO: 17 HORAS

NOME EM LETRA DE FORMA

ASSINATURA DO CANDIDATO

LEIA COM ATENÇÃO E SIGA RIGOROSAMENTE ESTAS INSTRUÇÕES.

- Examine se a prova está completa e se há falhas ou imperfeições gráficas que causem dúvidas. Qualquer reclamação somente será aceita até os 15 minutos iniciais.
- A prova consistirá de 40 questões com quatro alternativas (A, B, C e D), das quais apenas uma é verdadeira. **Utilize somente caneta de tinta azul ou preta. Marque seu cartão-resposta, pintando completamente o espaço referente a sua resposta, como no modelo abaixo:**
Ex.:

A	B	C	D
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
- A leitora de marcas **não registrará** as respostas em que houver **falta de nitidez, uso de corretivo, marcação a lápis e/ou marcação de mais de uma letra.**
- O cartão-resposta não pode ser dobrado, amassado, rasurado ou manchado. Exceto sua assinatura, nada deve ser escrito ou registrado fora do espaço destinado às respostas.
- Verifique se o seu nome e o número de inscrição estão corretos no cartão-resposta. Se houver erro, comunique-o ao fiscal. Não se esqueça de assiná-lo.
- Durante a prova, é vetado o intercâmbio e o empréstimo de material de qualquer natureza entre os candidatos. A fraude ou tentativa de fraude, a indisciplina e o desrespeito às autoridades encarregadas dos trabalhos são faltas que desclassificarão o candidato.
- De acordo com o subitem 8.10 do Edital nº 72/2014, durante a realização da prova escrita objetiva, são terminantemente proibidos aos candidatos qualquer espécie de consulta e comunicação entre eles, a utilização ou o porte de lápis, borracha, lapiseira, livros, manuais, impressos ou anotações, máquinas calculadoras, boné, artigos de chapelaria, óculos escuros, relógios, agendas eletrônicas ou similares, telefone celular, bip, *e-books*, *walkman*, *MP3 player*, *ipod*, *iphone*, gravador ou qualquer outro receptor ou transmissor de mensagens e dados. Caso haja a desobediência a esta instrução, o candidato será eliminado do certame.
- Ao terminar, entregue ao fiscal a **prova** e o **cartão-resposta** assinado, que é o único documento válido para correção.

**SELEÇÃO PÚBLICA DE PROFISSIONAIS
PARA O IPLANFOR**

**DIRETORIA DE CONCURSOS E SELEÇÕES - DCS****LÍNGUA PORTUGUESA**

Leia atentamente o texto abaixo e responda às questões.

Papa pede que celulares não atrapalhem conversas em família

01 O papa Francisco pediu nesta sexta-feira (23) que os aparelhos tecnológicos, como celulares
02 e tablets, não atrapalhem as conversas em família que, para ele, são o berço da comunicação.

03 Em seu discurso anual pelo dia católico das comunicações, o pontífice afirmou que o uso
04 dessas ferramentas pode tanto ajudar como prejudicar a comunicação entre as famílias. Ao mesmo
05 tempo, podem ajudar as pessoas a se evitarem.

06 “O grande desafio que enfrentamos hoje é reaprender a falar uns com os outros, não
07 simplesmente como gerar e consumir informação”, disse.

08 “Eles atrapalham quando se tornam uma via de escape para ouvir, se isolar, mas podem
09 favorecer se ajudam a conversar e a dividir. Que as famílias orientem o nosso relacionamento com
10 as tecnologias ao invés de serem guiadas por elas”, destacou.

11 Para Francisco, o núcleo familiar é o primeiro local onde as pessoas aprendem a comunicar
12 e é preciso “voltar a esse momento para deixar a comunicação entre as pessoas mais autêntica e
13 humana”.

14 “Em um mundo em que se gasta muito tempo em falar mal, semear a discórdia, poluir as
15 conversas com nosso ambiente humano, a família pode ser uma escola de comunicação abençoada.
16 E a bênção deve permanecer, inevitavelmente, acima do ódio e da violência”, ressaltou.

17 O tema do dia da comunicação deste ano coincide com o encerramento de dois anos de
18 discussões sobre a família que terão seu ponto alto em outubro, no Sínodo da Família, com a
19 participação de bispos e cardeais.

20 Dentre os assuntos que possivelmente serão debatidos, estão o divórcio, as uniões estáveis,
21 as crianças transgênero e a união homossexual.

(<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/01/1579399>. Acesso em 25/01/15.)

01. O texto em análise situa-se, predominantemente, na tipologia de base:

- a) narrativa.
- b) descritiva.
- c) dissertativa.
- d) argumentativa.

02. De acordo com o conteúdo desse texto, **não** se pode asseverar que:

- a) o papel da família é importante porque é nela que as pessoas iniciam o processo de comunicação.
- b) o sumo pontífice não se posiciona totalmente contra o uso dos aparelhos tecnológicos.
- c) os aparelhos tecnológicos podem ser utilizados com efeitos positivos.
- d) as famílias não devem valer-se dos aparelhos tecnológicos.

03. Neste excerto “O papa Francisco pediu nesta sexta-feira (23) que os aparelhos tecnológicos, como celulares e tablets, não atrapalhem as conversas em família” (l. 01 e 02), a relação de coesão entre “aparelhos tecnológicos” e “celulares e tablets” se dá por meio da:

- a) hiperonímia, a relação existente entre um termo mais genérico (“aparelhos tecnológicos”) e um mais específico (“celulares e tablets”).

**DIRETORIA DE CONCURSOS E SELEÇÕES - DCS**

- b) meronímia, o segundo termo (“celulares e tablets”) constitui uma parte do primeiro (“aparelhos tecnológicos”).
- c) catáfora, o segundo termo (“celulares e tablets”) retoma o primeiro termo (“aparelhos tecnológicos”).
- d) anáfora, o primeiro termo (“aparelhos tecnológicos”) aponta para o segundo (“celulares e tablets”).
04. Com relação à classe gramatical das palavras, analise o **quinto parágrafo** e assinale a asserção **verdadeira**. Devem-se considerar as palavras repetidas.
- a) Contam-se mais artigos que adjetivos.
- b) Há menos preposições do que pronomes.
- c) Existem mais substantivos do que verbos.
- d) O número de adjetivos é maior que o de substantivos.
05. Quanto ao emprego dos verbos, qual é a afirmativa **falsa**?
- a) O verbo atrapalhar, no trecho “não atrapalhem as conversas em família” (l. 02), está no presente do subjuntivo para exprimir um desejo, uma vontade.
- b) Em “podem ajudar as pessoas a se evitarem” (l. 05), há incorreção porque o infinitivo destacado não pode ser flexionado.
- c) A forma verbal “estão” (l. 20) poderia ser empregada também no futuro do presente sem se alterar o sentido da frase.
- d) A exemplo de “atrapalhem” (l. 02), o verbo orientar (l. 09, “orientem”) também está no presente do subjuntivo.
06. No tocante à sintaxe de concordância, examine as afirmações seguintes e observe se elas são verdadeiras ou falsas. Aponte a alternativa **correta**.
- I. No fragmento “as conversas em família que, para ele, são o berço da comunicação” (l. 02), o verbo ser pode ser flexionado no singular, concordando com o predicativo do sujeito.
- II. Em “para deixar a comunicação entre as pessoas mais autêntica e humana” (l. 12 e 13), os adjetivos estão no feminino singular porque concordam com o objeto direto “comunicação”.
- III. No sintagma “as crianças transgênero” (l. 21), o adjetivo deveria ter concordado com o substantivo, ou seja, deveria ser *as crianças transgêneras*.
- a) Só III é falsa.
- b) I e II são falsas.
- c) II e III são falsas.
- d) Só II é verdadeira.
07. Quanto à sintaxe de regência, qual é a afirmação **incorreta**?
- a) No segundo parágrafo, há verbos transitivos diretos e indiretos.
- b) No terceiro parágrafo, predominam os verbos transitivos diretos.
- c) No primeiro parágrafo, existem dois verbos transitivos diretos e um verbo de ligação.
- d) Na l. 12, “deixar” é transobjetivo, isto é, além do objeto direto, ele requer um predicativo para o objeto.
08. Com referência às regras de colocação dos pronomes átonos, indique a opção **falsa**.
- a) No trecho “as pessoas a se evitarem”, pode-se colocar o pronome se também depois do verbo.
- b) O pronome se em “se isolar” pode ocupar a posição proclítica, como está, e a posição enclítica.

**DIRETORIA DE CONCURSOS E SELEÇÕES - DCS**

- c) O pronome *se* só pode ocupar a posição proclítica no fragmento “em que se gasta muito tempo”.
- d) Em “quando se tornam uma via de escape”, o pronome *se* poderia ser colocado depois do verbo.
09. Em conformidade com o AOLP (1990), em vigor desde 1º. de janeiro de 2009, marque a opção **verdadeira**.
- a) De acordo com a base XI, a palavra “transgênero” pode escrita apenas dessa forma.
- b) A palavra “discórdia” (l. 14), segundo a base XI, só pode ser classificada como paroxitona aparente.
- c) Conforme a base XV, a palavra “sexta-feira” (l. 01) deve ser hifenizada, diferentemente da palavra *mandachuva*.
- d) Consoante a base XIX, o termo “papa”, grafado com inicial minúscula na linha 01, apresenta incorreção com essa grafia.
10. Alguns trechos do texto foram reescritos e a pontuação, alterada. Tome por base as regras de pontuação e assinale a alternativa em que se encontra **inadequação**.
- a) Entre os assuntos que, possivelmente, serão debatidos, estão o divórcio, as uniões estáveis, as crianças transgênero e a união homossexual.
- b) O papa Francisco pediu, nesta sexta-feira (23), que os aparelhos tecnológicos, como celulares e tablets, não atrapalhem as conversas em família que, para ele, são o berço da comunicação.
- c) Para Francisco, o núcleo familiar, é o primeiro local onde as pessoas aprendem a comunicar, e é preciso voltar a esse momento, para deixar a comunicação, entre as pessoas, mais autêntica e humana.
- d) Eles atrapalham, quando se tornam uma via de escape para ouvir, se isolar, mas podem favorecer, se ajudam a conversar e a dividir. Que as famílias orientem o nosso relacionamento com as tecnologias, ao invés de serem guiadas por elas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11. São fundamentos da República Federativa do Brasil:
- a) garantir o desenvolvimento nacional.
- b) construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- c) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- d) independência nacional.
12. Com fulcro nos direitos e garantias individuais e coletivos previstos no texto constitucional, podemos afirmar que:
- a) é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa somente nas entidades civis de internação coletiva.
- b) é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.
- c) a casa é asilo inviolável do indivíduo, nela podendo penetrar sem consentimento do morador.
- d) é assegurado a todos o acesso à informação, contudo não se resguarda o sigilo da fonte quando necessário ao exercício profissional.
13. Ainda no que tange aos direitos fundamentais, marque a assertiva **INCORRETA**.
- a) Não há previsão constitucional de aplicação de pena de morte.
- b) Não há previsão constitucional de aplicação de pena de trabalhos forçados.



DIRETORIA DE CONCURSOS E SELEÇÕES - DCS

- c) Não há previsão constitucional de aplicação de pena de caráter perpétuo.
d) Não há previsão constitucional de aplicação de pena de banimento.
14. Quanto às garantias constitucionais, o indivíduo, sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania, poderá valer-se de:
- a) *habeas data*.
b) mandado de segurança individual.
c) mandado de segurança coletivo.
d) mandado de injunção.
15. Quanto à eleição do Presidente da República, marque a opção **INCORRETA**.
- a) A eleição do Presidente da República importará a do Vice-Presidente com ele registrado.
b) Será considerado eleito Presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos, não computados os em branco e os nulos.
c) Se, antes de realizado o segundo turno, ocorrer morte, desistência ou impedimento legal de candidato, convocar-se-á, entre os remanescentes, o de maior votação.
d) Se nenhum candidato alcançar a maioria absoluta na primeira votação, far-se-á nova eleição em até trinta dias após a proclamação do resultado, concorrendo os dois candidatos mais votados e considerando-se eleito aquele que obtiver a maioria dos votos válidos.
16. O Conselho da República é órgão superior de consulta do Presidente da República, e dele participa:
- a) o Ministro das Relações Exteriores.
b) o Ministro de Estado da Defesa.
c) o Ministro da Justiça.
d) o Ministro do Planejamento.
17. Segundo a Constituição Federal, o advogado:
- a) é dispensável à administração da justiça, sendo violável por seus atos e manifestações no exercício da profissão.
b) é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.
c) é indispensável à administração da justiça, sendo violável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.
d) é dispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.
18. São princípios constitucionais expressos do Direito Administrativo, **EXCETO**:
- a) o Princípio da Legalidade.
b) o Princípio da Indisponibilidade.
c) o Princípio da Moralidade.
d) o Princípio da Publicidade.



DIRETORIA DE CONCURSOS E SELEÇÕES - DCS

19. São pessoas jurídicas de direito privado, componentes da administração pública indireta, constituídas por capital público e privado:
- autarquias.
 - fundações públicas.
 - empresas públicas.
 - sociedades de economia mista.
20. É atributo do administrativo que permite a imposição do ato ao destinatário:
- autoexecutoriedade.
 - tipicidade.
 - imperatividade.
 - presunção de legitimidade e veracidade.
21. Ainda no que tange aos atos administrativos, é **INCORRETO** afirmar que:
- o mérito do ato administrativo corresponde ao juízo de conveniência e oportunidade presente nos atos discricionários.
 - os atos discricionários são passíveis de revogação pela administração.
 - os atos vinculados são passíveis de anulação pelo poder judiciário.
 - a discricionariedade corresponde ao juízo de conveniência e oportunidade presente nos atos vinculados.
22. Com fundamento na Lei Federal nº 8.666/93, é correto afirmar que:
- a tomada de preços é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para a execução de seu objeto.
 - o convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 5 (cinco) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, a cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.
 - a concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para a execução de seu objeto.
 - a tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 5 (cinco) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, a cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.
23. Quanto à responsabilidade civil da administração pública, indique o item que se coaduna com a previsão constitucional.
- Somente as pessoas jurídicas de direito público responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
 - As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

**DIRETORIA DE CONCURSOS E SELEÇÕES - DCS**

- c) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado que exercem atividade econômica responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- d) Somente as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
24. São exemplos de intervenções de terceiros no processo civil:
- a) oposição, denunciação da lide e assistência.
- b) oposição, assistência litisconsorcial e nomeação à lide.
- c) oposição, denunciação à autoria, nomeação à lide e assistência.
- d) nomeação à autoria, denunciação à autoria e oposição à autoria.
25. Quanto ao tema da competência tratada no Código de Processo Civil, marque a alternativa correta.
- a) A ação fundada em direito pessoal e a ação fundada em direito real sobre bens móveis serão propostas, em regra, no foro de localização do bem.
- b) Nas ações fundadas em direito real sobre imóveis, é competente o foro da situação da coisa. Pode o autor, entretanto, optar pelo foro do domicílio ou de eleição, não recaindo o litígio sobre direito de propriedade, vizinhança, servidão, posse, divisão e demarcação de terras e nunciação de obra nova.
- c) Sendo incerto ou desconhecido o domicílio do réu, ele será demandado no Distrito Federal.
- d) Quando o réu não tiver domicílio nem residência no Brasil, a ação será proposta no foro do domicílio do autor. Se este também residir fora do Brasil, a ação será proposta no Distrito Federal.
26. Extingue-se o processo, sem resolução de mérito:
- a) quando o juiz acolher a alegação de preempção, litispendência ou de coisa julgada.
- b) quando o juiz acolher ou rejeitar o pedido do autor.
- c) quando o réu reconhecer a procedência do pedido.
- d) quando o juiz pronunciar a decadência ou a prescrição.
27. Às decisões interlocutórias caberá:
- a) apelação a qual devolverá ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada.
- b) embargo infringente, quando o acórdão não unânime houver reformado, em grau de apelação, a sentença de mérito, ou houver julgado procedente ação rescisória. Se o desacordo for parcial, os embargos serão restritos à matéria objeto da divergência.
- c) apelação a qual não devolverá ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada.
- d) agravo no prazo de 10 (dez) dias, na forma retida, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, quando será admitida a sua interposição por instrumento.
28. Quanto ao cumprimento de sentença no moderno processo sincrético, indique a alternativa correta.
- a) Caso o devedor, condenado ao pagamento de quantia certa ou já fixada em liquidação, não o efetue no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de vinte por cento e, a requerimento do credor e observado o disposto no art. 614, inciso II, desta lei, expedir-se-á mandado de penhora e avaliação.

**DIRETORIA DE CONCURSOS E SELEÇÕES - DCS**

- b) Quando na sentença houver uma parte líquida e outra ilíquida, ao credor não é lícito promover simultaneamente a execução daquela e, em autos apartados, a liquidação desta.
- c) O exequente poderá, em seu requerimento, indicar, desde logo, os bens a serem penhorados.
- d) Não sendo requerida a execução no prazo de um ano, o juiz mandará arquivar os autos, sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido da parte.
29. São exemplos de pessoas jurídicas de direito privado:
- a) associações, empresas individuais de responsabilidade limitada e partidos políticos.
- b) empresas individuais de responsabilidade limitada, organizações religiosas e fundações públicas.
- c) partidos políticos, fundações públicas e organizações religiosas.
- d) empresas individuais de responsabilidade limitada, autarquias e organizações religiosas.
30. Sobre o regime jurídico dos bens no Código Civil Brasileiro, marque a alternativa correta.
- a) São bens móveis o solo e tudo quanto se lhe incorporar natural ou artificialmente.
- b) São móveis os bens suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação econômico-social.
- c) São infungíveis os móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.
- d) Bens divisíveis são os que não se podem fracionar sem alteração na sua substância, diminuição considerável de valor, ou prejuízo do uso a que se destinam.
31. Quanto à regulamentação da responsabilidade civil no direito civil pátrio, é correto afirmar que:
- a) aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem fica desobrigado a repará-lo.
- b) haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.
- c) ressalvados outros casos previstos em lei especial, os empresários individuais e as empresas não respondem, independentemente de culpa, pelos danos causados pelos produtos postos em circulação.
- d) A responsabilidade civil é dependente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando essas questões se acharem decididas no juízo criminal.
32. Sobre as normas que tratam do empresário no Código Civil, indique a alternativa correta.
- a) Não é obrigatória a inscrição do empresário no registro público de empresas mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade.
- b) Considera-se empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores.
- c) Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.
- d) O empresário que instituir sucursal, filial ou agência, em lugar sujeito à jurisdição de outro registro público de empresas mercantis, neste, não deverá inscrevê-la, uma vez que só é necessária a inscrição originária.
33. No âmbito tributário, é permitido à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios:
- a) exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça.
- b) instituir tratamento igual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente.
- c) utilizar tributo com efeito de confisco.
- d) estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo poder público.

**DIRETORIA DE CONCURSOS E SELEÇÕES - DCS**

34. Assinale a opção que indica, corretamente, o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte, e que seus recursos não possuem destinação vinculada.
- a) Taxa.
 - b) Contribuição de melhoria.
 - c) Imposto.
 - d) Contribuição previdenciária.
35. Com base na regulamentação constitucional do meio ambiente, marque a alternativa correta.
- a) Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com a solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.
 - b) Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso especial e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
 - c) As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, salvo se for imposta obrigação de reparar os danos causados, quando só esta restará aplicável.
 - d) São disponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.
36. Com fulcro nas normas constitucionais que regem as associações sindicais, indique a alternativa correta.
- a) Não é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
 - b) Ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato.
 - c) O aposentado filiado não tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.
 - d) É permitida a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação.
37. Sobre o instituto jurídico das férias previsto na CLT, marque a opção correta.
- a) Todo empregado terá direito anualmente ao gozo de um período de férias, com prejuízo da remuneração.
 - b) É permitido descontar do período de férias as faltas do empregado ao serviço.
 - c) O período das férias será computado, para todos os efeitos, como tempo de serviço.
 - d) A interrupção da prestação de serviços não deverá ser anotada na carteira de trabalho e previdência social.
38. Com base na Carta Constitucional, são exemplos de objetivos da seguridade social:
- a) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
 - b) universalidade somente da cobertura.
 - c) redutibilidade do valor dos benefícios.
 - d) caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão tripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores e do governo nos órgãos colegiados.
39. Quanto à teoria do crime, marque a alternativa correta.
- a) A superveniência de causa relativamente independente não exclui a imputação quando, por si só, produziu o resultado.
 - b) O resultado de que depende a existência do crime somente é imputável a quem lhe deu causa.



DIRETORIA DE CONCURSOS E SELEÇÕES - DCS

- c) A omissão não é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado.
- d) Salvo disposição em contrário, não se pune a tentativa.

40. Sobre o inquérito policial, indique a alternativa correta.

- a) O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, poderá sem ela ser iniciado.
- b) Nos crimes de ação privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la.
- c) Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito não caberá recurso.
- d) Qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública poderá, somente por escrito, comunicá-la à autoridade policial, e esta, verificada a procedência das informações, mandará instaurar inquérito.